

APÊNDICE F – SEQUÊNCIA DIDÁTICA (PRODUTO EDUCACIONAL)

A seguir apresenta-se a Sequência Didática (SD), uma sugestão de atividades sobre Educação Sexual (ES) para o público da EJA, participantes desta pesquisa.

A mesma é constituída de 3 partes:

Parte 1 – Textos

I - *O que é sexualidade?* (duração de 90 minutos)

II - *Que postura tomar?* (duração de 90 minutos)

Parte 2 – Dinâmica de Grupo

I - *Respeitando as diferenças e entendendo gênero* (duração de 90 minutos)

II - *Estereótipos e papéis de gênero* (90 minutos)

Parte 3 – Oficinas

I - *Direitos sexuais e reprodutivos (DSR)* (duração de 90 minutos)

III - *Os métodos contraceptivos* (duração de 90 minutos)

PARTE 1 – TEXTOS

TEXTO I:

O QUE É SEXUALIDADE?

Trata-se de uma atividade “quebra-gelo” em que os(as) participantes deverão manifestar-se oralmente sobre a palavra em questão. Não é obrigatório que todos(as) se manifestem, apenas aqueles(as) que sentirem-se à vontade em falar.

A conversa informal parte da necessidade de desconstrução de que falar em sexualidade é falar em sexo e do por que da educação sexual no âmbito da escola. A atividade é uma adaptação e extração do caderno de capacitação do(a) professor(a) *Sexualidade, prazer em conhecer* (ECOS, 2001).

Duração: 90 minutos.

Objetivo: Conceituar o que vem a ser sexualidade, sexo e educação sexual.

Material: Lousa negra, giz e cópias do texto *Sexualidade, valores e preconceitos*.

Desenvolvimento:

1. O(a) professor(a) deve solicitar os(as) participantes para que falem, sem censura, o que vem à mente quando ouvem ou se deparam a palavra *sexualidade* (20 minutos).
2. Conforme vão falando, escreva as palavras no quadro.
3. Após as palavras serem ditas por todos(as) alunos(as) e transcritas na lousa, diferencie, explique e esclareça o que é *sexualidade, sexo e educação sexual* (25 minutos).
4. A seguir, entregue uma cópia do texto *Sexualidade, valores e preconceitos* retirado do caderno de capacitação *Sexualidade, prazer em conhecer* (ECOS, 2001, p. 16-19) para cada participante. O texto deve ser lido e discutido com os(as) alunos(as) a fim de, aprofundar o conhecimento sobre os assuntos oriundos das palavras geradoras desta atividade: *sexualidade, sexo e educação sexual*. Além disso, o texto apresenta um histórico da Educação Sexual no Brasil, possibilitando aos(às) alunos(as) conhecerem a respeito (45 minutos).

Fonte: Adaptação e extração do caderno de capacitação *Sexualidade, prazer em conhecer*. ECOS, 2001, p. 16-19. (Cadernos)

Texto



Sexualidade

valores e preconceitos

Nunca se falou tanto em sexo e sexualidade como agora. Mas será que as pessoas sabem, realmente, do que estão falando?

Sexualidade envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura. É muito mais do que sexo, uma simples parte biológica do corpo que permite a reprodução.

Falar de sexualidade é falar da própria vida.

E qual é o papel da escola ?

A escola traz os conhecimentos que nos ajudam a entender e enfrentar os desafios da vida! Ela tem um papel muito importante no desenvolvimento da sexualidade dos jovens.

Educação Sexual significa acabar com tabus e crendices, garantir maior igualdade nas relações entre mulheres e homens e, conseqüentemente, diminuir os casos de jovens portadores do vírus da Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis, além de reduzir os casos de gravidez na adolescência.

Os alunos não são obrigados a estudar **sexualidade** como fazem com as disciplinas regulares, com provas e exames finais. Mas a escola deve abrir espaço para a discussão de temas ligados à sexualidade e à reprodução. Você, educador, educadora, deve estar preparado para isso. E há muitas questões a serem debatidas e esclarecidas. Uma troca de informações enriquecedora para todos, para você também. Ou alguém duvida de que os jovens têm muito a nos ensinar?

Nunca se viu tanta ênfase na discussão da sexualidade como depois do surgimento da epidemia da Aids. Apesar disso, ainda é difícil para muitas famílias e educadores conversar sobre esses assuntos com as crianças e os adolescentes. Do ponto de vista da escola, também tem sido difícil inserir a Educação Sexual no seu cotidiano. Mas isto está mudando.

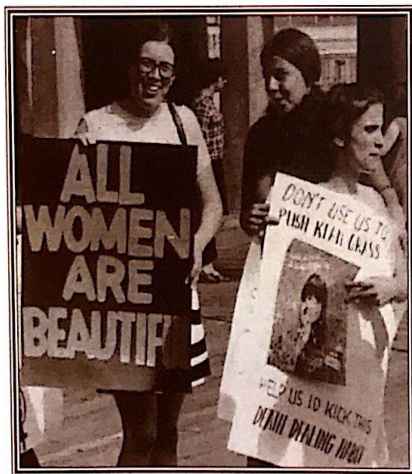
Sexualidade história de valores



Hoje, é muito comum associarmos felicidade à busca do prazer, inclusive sexual. Mas nem sempre foi assim; depende da época e dos costumes. Diversas religiões valorizam a busca da felicidade eterna pela negação dos prazeres imediatos; acreditam que pelo jejum, pelo isolamento e pela castidade, ou seja, pela ausência de relações sexuais, os seres humanos podem alcançar maior desenvolvimento espiritual.

O cristianismo fixou este conceito na cultura ocidental. Na época de seu surgimento, ele negou os ideais gregos de valorização do corpo e pregou o desenvolvimento da espiritualidade.

A revalorização do corpo só veio a acontecer no Renascimento, lá pelos séculos XV, XVI. Nessa época, o mundo vivia muitas



"Todas as mulheres são bonitas" – essa era uma das palavras de ordem das feministas americanas na década de 1960.

mudanças, aconteciam as grandes navegações, a imprensa, a reforma religiosa dos protestantes. Viviam gênios como Leonardo da Vinci e Michelangelo. O Renascimento retoma valores da Grécia antiga, que cultuava os prazeres e as artes.

Apesar de tantas mudanças, a forma de nossa civilização lidar com a sexualidade, baseada na repressão, no medo e na culpa, mantém-se até os nossos dias, de forma atenuada. No Ocidente, as mulheres eram símbolos de pureza e castidade. Durante séculos foram impedidas de manifestar sua sexualidade. Hoje, buscam a igualdade em todos os níveis.

O século XX despontou com grandes novidades. A sociedade industrial dominada pelas fábricas foi se transformando na sociedade da informação, com seus computadores e sua economia multinacional. As descobertas científicas e o desenvolvimento tecnológico permitiram grandes mudanças em todos os setores sociais. As mulheres começaram, então, uma longa batalha, para ter direitos iguais aos dos homens, a partir da conquista do direito ao voto (no Brasil, isso só aconteceu em 1932).

Com a expansão dos ensinos médio e superior conseguiram novas oportunidades profissionais e ampliaram seu espaço na sociedade. Chegaram aos anos de 1970 organizadas em movimentos feministas, prontas para debater e assumir sua sexualidade e novos papéis na sociedade.

Mas a questão do prazer e da sexualidade continua a ser um assunto difícil para muita gente.

As revistas, os filmes, os programas de TV, os catálogos de moda, *outdoors*, os veículos de comunicação exibem exaustivamente imagens com forte apelo sexual. O culto ao corpo e à sexualidade se tornou muito mais presente na vida das pessoas. Isso não quer dizer que as pessoas estejam mais abertas para debater sua sexualidade, livres de tabus e medos. Os valores conservadores ainda permeiam nossa forma de encarar o sexo como coisa proibida que, mesmo sendo prazerosa, deve ser mantida fora dos ambientes de respeito, como a casa e a escola. Mas é a partir da educação e da discussão em família e na escola que esses valores podem mudar.

Educação Sexual no Brasil



1974 É APROVADA PELO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS DE SEGUNDO GRAU. A ABORDAGEM FICA CENTRADA NAS QUESTÕES BIOLÓGICAS E MÉDICAS, SEM DISCUTIR COMPORTAMENTO E VALORES SEXUAIS.

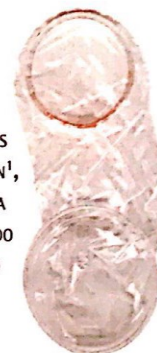


1976 O GOVERNO DEIXA DE SE RESPONSABILIZAR PELA EDUCAÇÃO SEXUAL PARA CENTRAR SUA ATUAÇÃO EM TEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS. A EDUCAÇÃO SEXUAL VOLTA A SER UMA ATRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA.

DÉCADA DE **1980** COM O FIM DA DITADURA MILITAR E A ABERTURA POLÍTICA, VOLTA A CRESCER O DEBATE SOBRE A NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS. O INTERESSE É GUIADO, PRINCIPALMENTE, PELA PREOCUPAÇÃO COM A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E PELO SURGIMENTO DE UMA DOENÇA LETAL, A AIDS.



1998 O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO INCLUI A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN¹, NÃO OBRIGATÓRIA, MAS RECOMENDADA PARA AÇÕES DENTRO DA ESCOLA. O TEMA É DIVIDIDO EM BLOCOS DE CONTEÚDO PARA OS QUATRO CICLOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.



¹O professor encontrará, no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a expressão Orientação Sexual. Entretanto, neste manual, adotaremos o termo Educação Sexual, por ser mais comumente utilizado.

TEXTO II:
QUE POSTURA TOMAR?

Duração: 90 minutos.

Objetivo: Discutir e aprofundar conhecimentos sobre os direitos humanos, sexuais e reprodutivos e, principalmente, aprender a escutar a manifestação dos(as) participantes.

Material: Textos (xerografados) com relatos de casos enfocando os temas desta atividade, lousa branca, pincel atômico, papel A4 e caneta.

Desenvolvimento:

A mesma deverá ser realizada em três momentos: I) Leitura de texto, II) Debate e III) Fechamento da atividade.

I) Leitura do Texto – Organizar os(as) alunos(as) em 4 grupos. Cada grupo deverá receber um texto contendo um caso específico e após realizarem a leitura deverão responder às seguintes perguntas:

- a) *Qual(is) direito(s) humano(s), sexual(is) e reprodutivo(s) está(ão) sendo lesado(s)?*
- b) *Por que ocorre essa situação?*
- c) *O que poderia ser feito para defender os direitos humano(s), sexual(i)s e reprodutivo(s) nessa situação?*

Os textos devem explicitar situações (casos) que evidenciam os temas em questão: homossexualidade, gênero, aborto, violência doméstica, etc. Neste momento, também deverá ser disponibilizado aos grupos papel A4 e caneta para a anotação das respostas referente ao seu respectivo estudo de caso. O(a) professor(a) deve ficar à disposição para tirar as possíveis dúvidas que surgirem. Este momento terá duração de 45 minutos.

Textos

Caso 1

“Chegava em casa super culpado. Tomava três banhos para tirar o cheiro do corpo. E esperava me curar,” essa é uma pequena parte do relato de Lúcio, 57, administrador de empresas. Ele foi casado por 24 anos com uma mulher e é pai de três filhos. Mas, ao longo de todo o casamento, se relacionava com garotos de programa. Eu não achava que estava traindo a minha mulher. Eu achava que eu tinha um problema e tinha que resolver,” conta. Depois de anos de angústia, já na casa dos 50, Lúcio decidiu assumir a sua homossexualidade. Primeiro para ele

mesmo. Depois, para a mulher e os filhos.

Disponível

em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/26/politica/1493232819_903824.html.

Acesso em: 06 de setembro de 2017.

Caso 2

A mulher, quando opta por uma relação com outra mulher, geralmente pega o pior do homem, o lado machão. E o homem também, quando resolve ser gay, pega o pior da mulher, o lado fútil. O interessante é a liberdade absoluta, ninguém precisar representar papéis, viver preso a estereótipos. Ter uma relação natural com alguém do mesmo sexo, sendo você mesmo, é o grande desafio. Mas, isso é o que ameaça o sistema, então, se impõem a essas pessoas estereótipos de bicha louca ou de mulher machona, e todos caem como patinhos." Marcus Alvisi - diretor de teatro.

Disponível

em:

<http://delas.ig.com.br/colunistas/questoesdoamor/a-homossexualidade-feminina/c1596960046738.html>.

Acesso em: 06 de setembro de 2017.

Caso 3

Quando conversou comigo pela primeira e única vez em que nos encontramos cara-a-cara desde que descobri a gravidez, desejou que eu fizesse um aborto (não sou contra, mas isso não significa que faria um). Chorou por diversas vezes. "Nunca quis ser pai", ele disse. "Como você já tinha vontade de ser mãe, mesmo que inconscientemente, nos direcionou para isso. Eu não. Não queria ser pai", se explicou (...).

(...) Depois de diversas teorias malucas sobre o que fiz ou deixei de fazer, exigi respeito. (...) Me comprometi a mantê-lo informado sobre tudo o que diz respeito ao bebê. (...) Envio todos os exames e comunico o teor das consultas. Desde o primeiro e-mail que enviei que ele anda sumido."

Disponível

em:

<http://arevistadamulher.com.br/relacionamento/content/2158325-machismo-depoimentos-reais-de-uma-realidade-surreal>.

Acesso em: 06 de setembro de 2017.

Caso 4

A brutalidade permeava a relação dos pais com as filhas, quem ele costumava punir colocando sob o chuveiro com água fria. “As minhas filhas na época tinham sete, cinco e dois anos de idade incompletos. A minha pequenininha estava se equilibrando para andar e um dia fez xixi sentada. Com a mão suja de xixi ela se levantou e apoiou a mão na parede. Ele deu um grito alto, assustou ela e deu-lhe um tapa forte”, diz.

“A do meio chupava o dedo. Ele amarrou a mão dela com um cordão para ela parar. Aí ela conseguiu desamarrar, e ele bateu nela e colocou ela debaixo do chuveiro com água fria”, conta Penha. Ela diz que esses fatos eram mantidos em segredo do resto da família e amigos. Apesar de se sentir aprisionada e isolada, a esposa temia que um pedido de divórcio fosse gerar uma reação ainda mais violenta do marido.

Mas a relação já estava irremediavelmente fraturada.

Disponível em: <http://www.comunicaquemuda.com.br/historia-de-maria-da-penha/>.

Acesso em: 06 de setembro de 2017.

II) Debate - Após a leitura, os(as) participantes deverão compartilhar suas opiniões dentro do grupo e, posteriormente, com todos(as) reunidos(as), deverá ser realizado um debate de cada caso, mediado pelo(a) professor(a), a partir das questões acima, respondidas. Os(as) discentes deverão ser orientados(as) para respeitarem as opiniões contrárias às suas dentro do grupo e durante o debate. Este segundo momento, tem duração de 30 minutos.

III) Fechamento da atividade - Ao final do debate o(a) professor(a) fará o fechamento da atividade. O(a) professor(a) deverá fazer uma síntese da atividade realizada apontando aspectos positivos e negativos oriundos dos momentos I e II desta atividade, apontar questões que não foram ressaltadas, se for o caso, e proporcionar respostas às dúvidas que perdurarem. Este último momento terá duração de 15 minutos.

Fonte: A autora, 2018.

PARTE 2 – DINÂMICA DE GRUPO

DINÂMICA I:

RESPEITANDO AS DIFERENÇAS E ENTENDENDO GÊNERO

Duração: 90 minutos.

Objetivos:

- Aprender a respeitar as diferenças pessoais.
- Trabalhar as diferenças humanas e as diferentes formas de manifestação (identidades sexuais e de gênero).

Material: Fita crepe, vídeos comerciais ou propagandas atuais/do momento que trabalhem a questão do gênero (You Tube).

Desenvolvimento:

1. A sala será dividida em dois espaços por uma fita crepe (5 minutos).
2. O(a) professor(a) (comandante da dinâmica) se posicionará em cima da fita crepe, em uma das pontas, com todos(as) os(as) participantes, também em cima da divisão da sala, de frente para o(a) professor(a).
3. Após a organização de todo(as), o(a) comandante da dinâmica, deverá fazer perguntas simples, para quais as pessoas em sua frente devem responder indo para um lado da sala (lado direito ou lado esquerdo), sob a sua orientação (5 minutos).

Perguntas

- 1- Você gosta da cor vermelho ou azul?*
- 2- Você gosta de carne de vaca ou porco?*
- 3- O que você prefere calçar calça botina ou chinelo?*
- 4- O que você prefere nos finais de semana: ir à feira ou ficar em casa?*
- 5- O que você prefere plantar mandioca ou trabalhar no processamento do polvilho?*
- 6- Você gosta de vestido ou de calça?*
- 7- Você gosta do seu cabelo longo ou curto?*
- 8- Você prefere ir às reuniões coletivas ou o convívio familiar?*
- 9- Você prefere ir à igreja ou rezar em casa?*
- 10- Você prefere trabalhar por conta própria ou em cooperativa?*

(O que vocês conseguiram perceber nessa dinâmica?)

4. O(a) professor(a) ouvirá as respostas dos(as) participantes neste momento de reflexão (20 minutos).

5. Após este momento de reflexão, apresente vídeos comerciais atuais do You Tube de curta duração que contemple a questão de gênero (10 minutos). E, em seguida, discuta com eles(as) os assuntos que emergirem com a finalidade de esclarecer e orientar, finalizando, assim, esta dinâmica (50 minutos).

Fonte: A autora, 2018.

DINÂMICA II: **ESTEREÓTIPOS E PAPÉIS DE GÊNERO**

Duração: 90 minutos.

Objetivos:

- Perceber como os homens e as mulheres são socialmente representados(as).
- Relacionar os estereótipos de gênero com as aprendizagens que vão sendo adquiridas ao longo da vida, em diferentes áreas do conhecimento.
- Compreender a importância de uma comunicação assertiva para assegurar a igualdade de gênero.

Materiais:

- Imagens de personagens femininas e masculinas de desenhos animados da Disney do conhecimento dos sujeitos.
- Cópias de textos retratando estudos de caso sobre papéis de gênero.

Desenvolvimento:

- I. Divida a turma em duplas.
- II. Apresente aos(às) alunos(as) diferentes personagens femininas e masculinas de desenhos animados.
- III. Solicite a alguns(as) alunos(as) que contem, brevemente, a história de cada um(a) dos(as) personagens de desenhos animados apresentados(as).

IV. Peça para que cada dupla faça uma reflexão com base nas questões apresentadas a seguir. As duplas terão o prazo de 30 minutos para realizarem a reflexão. Neste momento, entregue a cada dupla, uma folha de papel A4 e caneta para realizarem as anotações de suas reflexões.

Questões para discussão

- 1) *Qual é a característica dominante nos personagens do gênero masculino?*
- 2) *Qual é a característica dominante nas personagens do gênero feminino?*
- 3) *Qual o papel desempenhado pelo(a) personagem?*
- 4) *A quem é atribuído(a) com mais frequência o “papel” de herói/heroína?*
- 5) *A quem é atribuído(a) com mais frequência o “papel” de indefeso(a)?*
- 6) *Qual é o(a) personagem mais forte?*
- 7) *Qual é o(a) personagem mais delicado(a)?*

V. Após a reflexão, disponibilize a cada dupla um caso sobre papéis de gênero. Solicite as duplas para que leiam o seu caso e que encontrem uma resposta para a situação exposta.

VI. Após cada dupla encontrar a solução para o seu estudo de caso, deverá ser feita a leitura e apresentação de cada dupla para os demais alunos(as), apresentando a solução encontrada. Neste momento, o(a) professor(a) deve solicitar as demais duplas que questionem as soluções encontradas e ao grupo que está a apresentar que defenda a sua solução, através de argumentos convincentes. Repita o processo até que todos os casos sejam apresentados e discutidos. Este momento tem duração de cerca de 45 minutos.

VII. Para finalizar, com base nas “Questões para discussão” promova um pequeno debate, de 15 minutos, sobre a importância dos papéis de gênero nas relações humanas.

Questões para discussão

1. *É fácil ou difícil olhar para os papéis de homem e mulher de uma forma nova e não tradicional? Por quê?*
2. *Como é que os homens ou as mulheres aceitam as alterações aos papéis de gênero tradicionais? Por quê?*
3. *Os seus pais chegariam às mesmas ou a diferentes soluções?*
4. *Qual o estudo de caso mais difícil? Por quê?*
5. *Se pudessem fazer uma alteração no papel de gênero masculino, qual seria? E no papel de gênero feminino, qual seria?*

Imagens de personagens femininas e masculinas desenhos animados



Estudos de caso sobre papéis de gênero

Caso 1

O Tomé está prestes a perguntar à Joana, pela primeira vez, se ela quer sair com ele, quando ela se dirige a ele e pergunta: “Tomé a feira livre da comunidade do assentamento vai iniciar hoje e eu queria muito ir e gostaria que fosse comigo. Está livre hoje à noite?” O Tomé não tem planos para a noite e queria muito ir à feira com a Joana, mas gostaria de ter sido ele a convidar. Ele pensa responder-lhe que está ocupado.

O que pode o Tomé dizer ou fazer?

Caso 2

Foi oferecida à Carlota a possibilidade de vir a ser tratorista da comunidade assentada em uma plantação de milho da associação cooperada. Ela fica toda contente e corre a contar ao João, o seu noivo. Tinham planejado se casar no ano seguinte e desta forma ela poderá começar a ganhar bom dinheiro para a vida em conjunto. O João ouve-a em silêncio e no fim diz “penso que não posso casar com uma tratorista, Carlota. O que dirão as pessoas? Terá que escolher entre mim e essa profissão!”

O que pode fazer a Carlota?

Caso 3

O Samuel quer comprar uma boneca para o aniversário do seu sobrinho, mas o seu amigo José diz “Nem pense nisso!” O Samuel explica-lhe que a boneca poderá ajudar o sobrinho a tomar conta de alguém e a ser carinhoso, mas o José argumenta que apenas fará com que o menino se torne uma “menininha”! O Samuel sabe que tem razão, mas fica preocupado com o que o José poderá contar aos seus amigos da comunidade assentada.

O que deve o Samuel fazer?

Caso 4

A Paula e o Fernando têm se encontrado há vários meses e as coisas têm corrido bem entre eles. Os pais dela aprovam esta relação e na escola do assentamento ela é conhecida por ser a namorada dele. Contudo, ultimamente o Fernando tem posto mais pressão na Paula do que ela consegue suportar. Quando ela diz “Não” ele diz-lhe que o papel dela, como mulher, é agradar-lhe e fazê-lo feliz.

O que lhe pode dizer a Paula?

Caso 5

A Sandra e o Mário estão a discutir por causa da irmã Patrícia e do seu marido Roberto. A Sandra tem reparado que ultimamente a Patrícia aparece com imensas nódoas roxas nos braços e ombros, tendo mesmo na última semana aparecido com um

olho roxo. O Mário diz-lhe que a Patrícia tem andado muito “saída da casca” e que aquela é a forma do Roberto lhe mostrar quem é que manda lá em casa. A Sandra olha para o Mário e abana a cabeça. Ela acha que a violência nunca é a solução.

O que pode a Sandra fazer?

Caso 6

A Carmen decidiu ter relações sexuais com o namorado, o Gabriel. Portanto, resolve ir até cidade e procurar uma farmácia para comprar preservativos, mas a sua amiga Tânia diz-lhe “as mulheres não compram preservativos! Isso é função dos homens”.

Que pode a Carmen dizer e fazer?

Caso 7

No assentamento, a Susana e o Miguel estão juntos há cerca de um ano. Quando resolvem dar um passeio na feira da comunidade assentada, a qual pertencem, o Miguel sempre paga todas as compras e toma a maioria das decisões relativamente aonde vão, o que fazem e o que compram. Na aula de formação cívica da Susana tem-se falado do papel das mulheres relativamente à divisão das contas, das saídas e ao seu papel nas decisões dos planos do casal. Quer a Susana quer o Miguel trabalham coletivamente na comunidade assentada e ganham pouco dinheiro. Pelo que juntarem, o dinheiro de ambos, para pagarem o que fazem juntos faz sentido para a Susana, mas o Miguel fica furioso só de pensar nisso. Ele diz que ela não acha que ele seja homem suficiente para tomar conta dela.

O que pode a Susana dizer ao Miguel?

Fonte: Adaptação de extração de *Caderno Presse 3º Ciclo*. Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. Departamento de Saúde Pública. p. 101-108.

PARTE 3 – OFICINAS

OFICINA I:

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Objetivo: Conhecer os direitos sexuais e reprodutivos (DSR) e avaliar em que medida eles são respeitados em nossas realidades.

Duração: 90 minutos.

Materiais: Recursos áudio visuais (notebook, data e show, caixa de som e vídeo diferenciando os DSR, cópias de textos informativos, cartaz em E.V.A., papel craft, cartolina ou papel A4, pincéis atômicos, fita crepe.

Desenvolvimento:

a) Realize uma aula expositiva dialogada sobre os Direitos sexuais e reprodutivos (DSR) em apresentação de slides (recursos do Power-Point) com duração de 25 minutos. Em seguida, para firmar a compreensão dos DRS e diferenciá-los entre si, apresente o vídeo da série “*Fala direto comigo*” disponível no You Tube (<https://www.youtube.com/watch?v=-3VpAL5iDfI>), o qual tem duração de 3 minutos e 27 segundos.

b) Após a apresentação da aula, divida os(as) discentes em 3 (três) grupos. Os mesmos deverão criar 02 (duas) situações dramatizadas: uma em que houve desrespeito aos direitos sexuais e/ou reprodutivos e outra em que esses direitos foram respeitados. Neste momento, distribua para os grupos textos de apoio sobre os DSR, tais como Lei Maria da Penha, Declaração dos Direitos Humanos, etc., que auxiliem ou sirvam de sugestão para as dramatizações grupais (10 minutos).

c) Cada grupo deverá realizar a dramatização para cada caso em 03 minutos.

d) Após as apresentações o(a) professor(a) deverá discutir com os(as) participantes os assuntos que emergirem e, a partir daí realizar os esclarecimentos necessários para a elucidação das dúvidas e curiosidades.

Textos de apoio

O desenvolvimento dos direitos reprodutivos como direitos humanos

A natureza dinâmica dos direitos humanos vem permitindo a incorporação gradativa de novas demandas que surgem no seio da sociedade. Desde 1948, data da aprovação da Declaração Universal de Direitos Humanos, novos direitos foram sendo incorporados dentro do marco legal dos direitos humanos através de um processo de ampliação, principalmente em temas que afetam diretamente os direitos humanos das mulheres. Em relação aos direitos reprodutivos, a proibição de discriminação em razão do sexo é especialmente relevante e constante nos instrumentos de direitos humanos de caráter geral, tais como: a Declaração Universal de Direitos Humanos, o

Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. (...) O Brasil é signatário de todos estes instrumentos internacionais e, portanto, tem a obrigação de tomar as medidas necessárias para o seu efetivo cumprimento e implementação dentro de seu território (...).

Os direitos reprodutivos entraram na arena internacional através da Primeira Conferência Mundial sobre Direitos Humanos celebrada em Teerã, onde foi reconhecido o direito a determinar livremente o número de filhos e os intervalos entre os seus nascimentos. Desde então, várias outras Conferências sobre os direitos das mulheres foram realizadas. Em matéria de saúde sexual e reprodutiva, a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo, em 1994, foi particularmente importante. O documento final desta Conferência, conhecido como Programa de Ação do Cairo, estabeleceu que a saúde reprodutiva é um estado geral de bem estar físico, mental e social e não a mera ausência de enfermidades ou doenças, em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo bem como suas funções e processos. Além disso, estabeleceu que a saúde reprodutiva inclui a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem riscos, assim como de procriar, e a liberdade para decidir fazê-lo ou não, quando e com que frequência. O homem e a mulher têm direito de obter informação e acesso a métodos para a regulação da fecundidade que sejam seguros, eficazes, acessíveis, aceitáveis e de sua escolha, assim como o direito de receber serviços adequados de atenção à saúde que permitam gravidez e partos sem riscos. Elaborado a partir de consulta a Internet: www.advocaci.org.br

Texto extraído de Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 83-84.

Abortamento: um problema de saúde pública

Embora não seja um método anticoncepcional, o abortamento é muito utilizado com essa finalidade, especialmente entre as mulheres que não tem acesso a contracepção. É uma prática proibida em nosso país, exceto em casos especiais, quando existe risco de vida para a mãe ou quando a gravidez é consequência de um

ato de violência contra a mulher.

Nos países em que o abortamento é legal nas primeiras semanas da gravidez, ele é realizado por profissionais de saúde, em boas condições de higiene e não traz os mesmos riscos à vida e à saúde das mulheres constatados em nosso país. Onde ocorreu a legalização desta prática, ela não funcionou como um incentivo a um uso indiscriminado e não ocorreu, como se poderia imaginar, um aumento do número de abortamentos praticados. O abortamento é compreendido como um recurso de retaguarda, para casos de falha do método de contracepção em uso, e sua utilização para a interrupção de uma gravidez é uma opção pessoal.

No Brasil, embora seja ilegal, o abortamento é praticado por milhares de mulheres. Algumas estimativas indicam que são realizados 750 mil abortamentos/ano, outras estimativas indicam 1,4 milhão/ano. Existem muitas polêmicas sobre a forma de fazer esses cálculos, mas sempre resultam números muito grandes. Como o procedimento é ilegal, torna-se difícil saber o número de abortamentos realizados. Mas, as complicações que resultam de abortamentos inseguros, feitos em condições precárias de higiene, levam um número muito grande de mulheres aos prontos-socorros todos os dias.

Segundo os dados registrados pelo Sistema Único de Saúde, cerca de 10% das gestações terminam em abortamento espontâneo e 21% em abortamento provocado em função de necessidades não satisfeitas de planejamento reprodutivo. A curetagem pós-abortamento representa o segundo procedimento obstétrico mais realizado nas unidades de internação da rede pública de serviços de saúde, superada apenas pelos partos normais.

Na América Latina e no Caribe, segundo a Organização Mundial de Saúde, 21% das mortes relacionadas com a gravidez, o parto e o pós-parto têm como causa as complicações decorrentes de abortamentos realizados de forma insegura.

Para Rosana Alcântara, coordenadora da entidade denominada Advocaci – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos, a discussão sobre a vida do feto é um véu que encobre a questão central: o controle da sexualidade e do corpo da mulher pelo Estado e pela sociedade. Independentemente da diversidade de opiniões e conceitos éticos, religiosos e morais a respeito do abortamento, o fato é que esse procedimento, realizado em precárias condições de higiene, gera uma taxa de mortalidade materna inaceitável e apresenta-se como um grave problema de saúde pública. Em resposta a

essa situação, o Ministério da Saúde estabeleceu, no ano 2005, uma norma técnica para o “Atendimento Humanizado ao Abortamento”, na qual são indicados os cuidados técnicos e éticos para o acolhimento, pelos serviços e profissionais de saúde, das mulheres com necessidades de atenção médica relacionadas ao abortamento, incluindo orientação para o planejamento reprodutivo.

Texto extraído de *Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 85-86.*

Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, como Lei n.º 11.340 visa proteger a mulher da violência doméstica e familiar.

A lei ganhou este nome devido à luta da farmacêutica Maria da Penha para ver seu agressor condenado.

A lei serve para todas as pessoas que se identificam com o sexo feminino, heterossexuais e homossexuais. Isto quer dizer que as mulheres transexuais também estão incluídas.

Igualmente, a vítima precisa estar em situação de vulnerabilidade em relação ao agressor. Este não precisa ser necessariamente o marido ou companheiro: pode ser um parente ou uma pessoa do seu convívio.

A lei Maria da Penha não contempla apenas os casos de agressão física. Também estão previstas as situações de violência psicológica como afastamento dos amigos e familiares, ofensas, destruição de objetos e documentos, difamação e calúnia.

Novidades Trazidas com a Lei Maria da Penha:

- *prisão do suspeito de agressão;*
- *a violência doméstica passar a ser um agravante para aumentar a pena;*
- *não é possível mais substituir a pena por doação de cesta básica ou multas;*
- *ordem de afastamento do agressor à vítima e seus parentes;*
- *assistência econômica no caso da vítima ser dependente do agressor.*

História:

Maria da Penha é uma farmacêutica brasileira, natural do Ceará, que sofreu constantes agressões por parte do marido.

Em 1983, seu esposo tentou matá-la com um tiro de espingarda. Apesar de ter escapado da morte, ele a deixou paraplégica. Quando, finalmente, voltou a casa, sofreu nova tentativa de assassinato, pois o marido tentou eletrocutá-la.

Quando criou coragem para denunciar seu agressor, Maria da Penha se deparou com uma situação que muitas mulheres enfrentavam neste caso: incredulidade por parte da Justiça brasileira.

Por sua parte, a defesa do agressor sempre alegava irregularidades no processo e o suspeito aguardava o julgamento em liberdade.

Em 1994, Maria da Penha lança o livro “Sobrevivi... posso contar” onde narra as violências sofridas por ela e pelas três filhas.

Da mesma forma, resolve acionar o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM).

Estes órgãos encaminham seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998.

O caso de Maria da Penha só foi solucionado em 2002 quando o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Desta maneira, o Brasil teve que se comprometer em reformular suas leis e políticas em relação à violência doméstica.

Anos depois de ter entrado em vigor, a lei Maria da Penha pode ser considerada um sucesso. Apenas 2% dos brasileiros nunca ouviram falar desta lei e houve um aumento de 86% de denúncias de violência familiar e doméstica após sua criação.

Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

Fonte:

Adaptado de *Direitos sexuais e direitos reprodutivos* (slides). ARENDET, Hannah. Disponível em:

http://www.sociedadesemear.org.br/arquivos/20111025145137_direitossexuaisdireitosreprodutivos.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2017.

Adaptado e extraído de *Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação*/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 83-86 – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

OFICINA II: OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

Duração: 90 minutos.

Objetivo: Promover conhecimento sobre os métodos contraceptivos.

Material: Instrumentos de informação e divulgação (quadros, cadernos, cartazes, folders informativos, cartelas de pílulas, preservativos, frascos de injeção, diagrama, DIU, implantes adesivos e anéis vaginais), lápis e borracha, quadro abaixo (material xerografado em papel A4).

Método contraceptivo	Tipo e ação	Vantagens	Desvantagens
Hormonais			
Barreira			
Comportamental (natural)			
Cirúrgicos (esterilização)			
Intrauterinos			

Desenvolvimento:

O(a) professor(a):

- a) realizará uma aula explicativa dialogada, de 30 minutos, com a apresentação de alguns métodos contraceptivos (cartelas de pílulas, preservativos, frascos de injeção, diagrama, DIU, implantes adesivos e anéis vaginais) fornecidos pela Secretaria de Saúde e pelo Posto de Saúde da Família (PSF), da cidade.
- b) dividirá os(as) participantes em grupos e entregará uma folha xerocopiada com o quadro acima a cada um(a) para preenchimento quanto aos métodos contraceptivos. Cada grupo deverá preencher todos os itens para cada método contraceptivo.

c) fará as seguintes perguntas:

- *Quais são os métodos contraceptivos?*

- *Como usá-los?*

- *Quais as dificuldades encontradas no cotidiano para acesso e uso de cada um?*

- *Jovens, adultos(as) e idosos(as) tem acesso ao preservativo no serviço de saúde?*

- *Como acontece? Quais as dificuldades? Como deveria ser?*

- *Os jovens, adultos(as) e idosos(as) poderiam promover a disponibilização de preservativos na escola?*

- *Quem mais na escola poderia ficar responsável por essa distribuição?*

d) Informará que os(as) alunos(as) terão 15 minutos para preenchimento do quadro. Durante este período, o(a) professor(a) poderá auxiliar quanto a dúvidas ou curiosidades dos(as) alunos(as).

e) No final, a atividade será comentada e discutida por todos os grupos com a mediação do(a) professor(a).

Fonte: Adaptado de *Sexualidades e saúde reprodutiva: saúde e prevenção nas escolas*, v. 1. Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Série B. Textos Básicos de Saúde. (Coleção de cadernos do Ministério da Saúde/Ministério da Educação). p. 76-82.